

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 05/2014

O Departamento de Ensino e Práticas Culturais, da Faculdade de Educação da Unicamp torna pública a abertura de inscrições para Processo Seletivo Sumário para admissão de 1 (um) docente em caráter emergencial e temporário, nível MS-3.1 – Professor Doutor, em RTP – Regime de Turno Parcial = 12 horas semanais, por um período de até 365 dias para ministrar as disciplinas EP 152 – Didática – Teoria Pedagógica; EP 348 – Educação Especial e Inclusão e EP 376 – Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

I - REQUISITOS

Ter o Título de Doutor em Educação.

II - SALÁRIO

R\$ 1.592,14 (Um mil quinhentos e noventa e dois reais e quatorze centavos)

III – DA INSCRIÇÃO

Deverá ser feita pessoalmente, no Departamento de Ensino e Práticas Culturais da Faculdade de Educação da Unicamp, Prédio Principal, 2º andar – Bloco C, Avenida Bertrand Russell, 801, no período de 15 (quinze) dias a partir da data de publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – D.O.E., no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h. Telefone para contato: (19) 3521-5553.

1. Para a inscrição os candidatos deverão apresentar:
 - a) requerimento dirigido à Chefia do Departamento de Ensino e Práticas Culturais indicando: nome e endereço completos, telefone fixo, telefone celular, endereço eletrônico, data de nascimento, nº do documento de identificação, filiação, naturalidade e profissão;
 - b) um exemplar do *Curriculum Vitae* (com comprovantes), contendo: títulos universitários, produção e atividades científicas, didáticas e profissionais, bolsas de estudo (graduação e pós-graduação), cursos ministrados, congressos, simpósios e seminários dos quais tenha participado, ou Curriculum Lattes completo;
 - c) documento de identificação pessoal que contenha foto, em cópia simples;
 - d) um exemplar da tese de Doutorado;
 - e) cópia do diploma do título de doutor;
 - f) cópia das três publicações mais relevantes.
2. As informações sobre os requerimentos deferidos, o calendário fixado bem como o local das provas, serão disponibilizados na *homepage* da Faculdade de Educação (www.fae.unicamp.br), com antecedência de no mínimo 24 horas do início das provas.

IV - DAS PROVAS E DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS CANDIDATOS:

1. O Processo Seletivo constará das seguintes provas:

- a)** Prova Escrita – peso 1
- b)** Prova de Títulos – peso 1
- c)** Prova Didática – peso 1
- d)** Prova de Arguição – peso 1

2. A prova escrita dissertativa, de caráter eliminatório e classificatório, versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativo aos conteúdos dos programas das disciplinas do concurso.

- a. No início da prova escrita, a Comissão Julgadora fará a leitura da questão, concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos;
- b. É vedado aos candidatos o uso de quaisquer meios eletrônicos durante a fase de consulta e de prova, bem como, a troca ou empréstimos de materiais entre os mesmos.
- c. Findo o prazo do item 2.a não será mais permitida a consulta de qualquer material;

- d. Na sequência, a Comissão Julgadora fixará o horário de início dos trabalhos de redação e finalização das respostas, com duração de 4 (quatro) horas;
 - e. Apenas as anotações manuscritas efetuadas durante o período da consulta previsto no item 2.a poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.
 - f. Critérios para avaliação da prova escrita dissertativa: Apresentação (Introdução – desenvolvimento – conclusão); Conteúdo (desenvolvimento do tema – organização – coerência – clareza de ideias – nível de aprofundamento); Linguagem (uso adequado da terminologia técnica – propriedade – clareza – precisão e correção gramatical).
 - g. A nota da prova escrita de cada candidato será a média aritmética das notas atribuídas à prova escrita por cada membro da comissão julgadora.
 - h. A prova escrita será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo considerado(s) habilitado(s) para as demais provas do Processo de Seleção apenas o(s) candidato(s) que obtiver (em) média maior ou igual a 7,0 (sete)
3. A prova didática consistirá em uma aula de 50 (cinquenta) minutos, com tema de livre escolha do candidato, na Área de Teoria Pedagógica, considerando-se os Planos de Curso indicados no item VI deste edital.
4. Na prova de títulos a Comissão Julgadora tomará por base o *Curriculum Vitae* apresentado no ato da inscrição, que será avaliado quanto ao mérito através de uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se os títulos universitários, produção e atividades científicas, didáticas e profissionais, bolsas de estudo (graduação e pós-graduação), cursos ministrados, congressos, simpósios e seminários dos quais tenha participado.
5. Na prova de arguição, cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 minutos para arguir o candidato sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado no ato da inscrição, que terá igual tempo para responder. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob forma de diálogo, respeitado, porém, o limite máximo de 1 (uma) hora para cada arguição.
6. As notas da prova escrita, didática, de títulos e de arguição, entre 0 (zero) e 10 (dez), serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora, para cada um dos candidatos, em envelopes lacrados e rubricados, após a realização de cada prova e, no caso da prova didática, de títulos e de arguição, serão abertos ao final das provas do concurso em sessão pública.
7. A nota final de cada candidato será a média aritmética das notas obtidas nas provas escritas, didática, análise curricular e arguição.
8. As notas de cada prova serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal se for inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.
9. Os candidatos que alcançarem a média igual ou maior a 7,0 (sete) serão considerados habilitados na Seleção Pública.
10. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente das médias finais obtidas. Se houver empate na classificação, terá preferência o candidato que obtiver maior nota na Prova Didática.
11. O resultado final será submetido à apreciação da Congregação da Faculdade de Educação.
12. As provas serão realizadas no período de maio e junho de 2014, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sendo que as datas e locais específicos serão informados através da *homepage* da Faculdade (www.fae.unicamp.br).
13. A relação dos candidatos classificados também será disponibilizada na *homepage* da Faculdade de Educação (www.fae.unicamp.br), com as notas finais obtidas pelos mesmos.

V. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

2. O prazo de admissão ficará vinculado ao período de até 365 dias.
3. A admissão do candidato aprovado, diante de seu caráter transitório, deve se dar no Regime Geral de Previdência Social, nos termos do art. 40, §13 da Constituição Federal.
4. Do resultado da Seleção Pública caberá recurso, exclusivamente de nulidade, dirigido ao Diretor da Faculdade de Educação, no prazo de 2 (dois) dias contados da divulgação dos resultados.
5. A validade da Seleção Pública será de 12 (doze) meses a contar da data de homologação dos resultados pela Congregação da Faculdade de Educação.
6. A Comissão Julgadora será constituída de pelo menos 3 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes, portadores no mínimo de título de Doutor.

VI – PLANOS DE CURSO E BIBLIOGRAFIA

EP 152 – Didática: Teoria Pedagógica

Ementa da Disciplina - As características da instituição escolar no contexto socioeconômico cultural brasileiro: objetivos, finalidades, organização, política educacional, recursos humanos e materiais. As diferentes formas de ensino como planos de organização política educacional, recursos humanos e materiais. As diferentes formas de ensino como planos de organização e processos de interação. Identificação e análise de estratégias de ensino, da natureza dos conteúdos e das formas de avaliação em consonância com as características da clientela escolar.

O presente documento apresenta os elementos básicos para o desenvolvimento da disciplina de "Didática: teoria pedagógica", no Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação. Representa a experiência de vários anos no trato com esta disciplina, muito embora não deva ser interpretado como uma proposta acabada.

A disciplina em questão está na confluência de uma série de contribuições teórico-práticas tornando sua construção um esforço difícil e que há várias décadas procura contrapor-se à visão de uma didática como técnica de ensino genérica, divorciada dos próprios conteúdos ensinados. Ao propô-la como teoria pedagógica o que se persegue é a sua constituição como uma reflexão essencial sobre o fazer pedagógico que permita encontrar grandes categorias e conceitos articuladores da prática pedagógica a ser explorado, posteriormente, em outras disciplinas que lidam com o ensino dos conteúdos específicos.

Neste sentido a Didática é aqui entendida como princípios pedagógicos gerais que norteiam a organização do trabalho em sala de aula e sua articulação com a organização global da escola. Dessa forma, tem uma interface com o que normalmente se conhece por campo do currículo, já que a organização global da escola não pode ser descartada no processo de conhecimento da organização particular da sala de aula.

A disciplina faz ainda uma crítica radical da escola capitalista e procura mostrar caminhos para a construção de uma escola diferenciada e com compromissos sociais para além da forma escola atual.

1. OS OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Propomos os seguintes objetivos:

1. Identificar alguns fatores (ou conjuntos) que afetam e/ou limitam a organização do trabalho pedagógico.
2. Identificar os principais momentos da organização do processo de trabalho pedagógico, bem como sua dinâmica e implicações político-pedagógicas.
3. Examinar algumas formas avançadas de organização do trabalho pedagógico.

2. O CONTEÚDO

1. Situando o pedagógico nas contradições do capital

Espaços escolares, organização do trabalho pedagógico e as concepções de educação.

Atualidade: O mundo capitalista e as contradições atuais

Neoliberalismo e pós-modernismo: manifestações do capitalismo tardio

Educação e sociedade: relações dialéticas

2. Entendendo o pedagógico na escola capitalista

Teorias pedagógicas e suas conseqüências na organização do trabalho pedagógico

Categorias do trabalho pedagógico

Desigualdade e escolarização: capital cultural e social
A estrutura seriada como forma de produzir desigualdade
A categoria da avaliação e sua centralidade na escola capitalista
Os ciclos e a progressão continuada

3. Em direção a uma Pedagogia do Meio

Educação e transformação social: o papel das concepções de educação
M. M. Pistrak e a educação soviética
V. N. Shulgin e a educação soviética
O lado político da escola – lutas sociais, atualidade e auto-organização
O lado escolar – currículo por complexos
A etnografia do entorno da escola

3. FORMA DE TRABALHO NA DISCIPLINA

A disciplina é de cunho teórico. Há recorrente uso de aulas teóricas de síntese. Em algumas situações são feitos grupos de debate. Não há um grande volume de leituras semanais. Alguns tópicos do conteúdo são desenvolvidos através de pesquisas designadas a grupos de estudantes ou, então, como leitura independente.

Existem dois sistemas de avaliação durante o semestre. O primeiro deles é de uso do professor para acompanhar a evolução conceitual da turma na disciplina e está baseado na produção periódica de sínteses pelos estudantes. Este primeiro sistema é exclusivamente diagnóstico e não gera notas para os estudantes. O segundo sistema é produzido pelos estudantes e de uso deles. Depois de definido qual será este sistema, os estudantes são divididos, aleatoriamente, em grupos de avaliação com não mais de 5 alunos por grupo.

Alguns critérios gerais para este sistema estão definidos e são básicos. Neste sistema de avaliação a ser criado a presença do estudante em aula é fundamental e conta para a aprovação do estudante, nos termos do Guia do Estudante, dado o caráter teórico da disciplina.

Além disso, fará parte obrigatoriamente do sistema de avaliação a ser criado pelos estudantes o exame das sínteses produzidas para o professor. Tais sínteses, como dissemos, apesar de obrigatórias, não são feitas para nota do professor e nem são examinadas individualmente pelo professor, o qual as lê com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento global da turma e reorientar sua atuação em sala de aula corrigindo erros ou reforçando conceitos. Entretanto, elas devem ser retomadas pelos grupos de avaliação dos estudantes e examinadas, agora sim, com finalidade de posicionar o aluno quanto à sua aprovação final na disciplina. Durante o semestre será aberto espaço nas aulas tanto para a produção das sínteses, quanto para a análise das mesmas pelos alunos, sob supervisão do professor. Na produção das sínteses os estudantes podem usar suas anotações e outras fontes de consulta que desejarem. Na análise das mesmas podem recorrer ao professor para conferir interpretações.

Estas sínteses deverão ser levadas em conta pelo processo de avaliação a ser criado pelos estudantes de forma a garantir que o conteúdo seja um componente dos critérios de avaliação da disciplina. Obviamente, a nota final de cada aluno, a ser dada pelo grupo de avaliação ao qual pertence, não poderá ser discrepante em relação à quantidade e qualidade das sínteses que produziu. A falta de sínteses feitas pelo estudante repercute na sua nota final e pode gerar reprovação.

Dois são, portanto, os requisitos básicos do sistema a ser criado: 1. Presença nas aulas; 2. Incorporar as sínteses feitas durante o semestre para o professor. Obviamente, há um terceiro requisito: a seriedade com que o processo deve ser conduzido. O professor se reserva o direito de retornar ao sistema clássico de avaliação, a qualquer momento, caso estes requisitos, a seu critério, sejam rompidos.

Não será aceita como parte do sistema de avaliação a ser criado a inclusão de notas dadas a produção de seminários ou a trabalhos de final de curso. Processos de autoavaliação só podem ser complementares a estes critérios.

Recomenda-se que as notas parciais e/ou finais dos estudantes sejam validadas pelos participantes dentro de cada grupo de avaliação da turma. Fixa-se como instância máxima de recurso no âmbito da sala de aula, a assembleia da turma, à qual poderão ser dirigidos os recursos por eventuais discordâncias com as notas obtidas pelos estudantes nos seus grupos de avaliação.

O professor não dá notas e nem faz revisão delas.

4. BIBLIOGRAFIA

Alvite, M.M.C. Didática e psicologia: crítica do psicologismo na educação. São Paulo: Loyola, 1981.
Afonso, A. J. Avaliação educacional: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.
Arroyo, M. G. Ciclos de desenvolvimento humano e formação de educadores. **Educação e Sociedade**, 68, 1999, p. 143-162.
Bauman, Z. Modernidade líquida. Rio: Zahar ed. 2001.

- Bondioli, A. O projeto político pedagógico da creche e sua avaliação. Campinas: Autores Associados, 2004.
- Bourdieu, P. Escritos de Educação. Rio: Vozes, 2001. 3ª. edição.
- Candau, V. M. A didática em questão. Rio: Vozes, 1984.
- Candau, V. M. (Org.) Rumo a uma nova didática. Rio: Vozes, 1988.
- Enguita, M. F. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- Freinet, C. As técnicas Freinet na escola moderna. Lisboa: Estampa, 1975.
- Freitas, L. C. Neo-tecnicismo e formação do educador. In Alves, N. (Org.) Formação de professores: pensar e fazer. São Paulo: Cortez, 1992.
- Freitas, L. C. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas: Papyrus, 1995 (6ª. edição).
- Freitas, L. C. Ciclos, Seriação e Avaliação. São Paulo: Moderna, 2003.
- Freitas, L. C. Uma pós-modernidade de libertação: reconstruindo as esperanças. Campinas: Autores Associados. 2005.
- Freitas, L. C. A avaliação e as reformas dos anos 90: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. **Educação e Sociedade**, 86, 2004, p. 133-170.
- Freitas, L. C. A internalização da exclusão. *Educação e Sociedade*, 80, 2002.
- Freitas, L. C. A luta por uma Pedagogia do Meio: revisitando o conceito. In: Pistrak, M. M. A Escola-Comuna. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- Libâneo, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1991.
- Ludke, M. e Mediano, Z. (Coords.) Avaliação na escola de 1o. Grau: uma análise sociológica. Campinas. Papyrus, 1992.
- Martins, P.L.O. Didática teórica/didática prática: para além do confronto. São Paulo: Loyola, 1989.
- Oliveira, M.R.S.S. A reconstrução da didática: elementos teórico-metodológicos. Campinas: Papyrus, 1992.
- Oliveira, M.R.S.S. O conteúdo da didática: um discurso da neutralidade científica. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1988.
- Perrenoud, P. Das diferenças culturais às desigualdades escolares: a avaliação e a norma num ensino indiferenciado. In Allal, L.; Cardinet, J. e Perrenoud, P. A avaliação formativa num ensino diferenciado. Coimbra: Almedina, 1986.
- Pistrak, M. M. Fundamentos da escola do trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1981 (esgotada) (há outra edição pela Editora Expressão Popular (SP), 2000).
- Pistrak, M. M. A Comuna-Escolar. São Paulo: Expressão Popular. 2009.
- Rossi, W. G. Pedagogia do trabalho. Vol. 2. São Paulo: Moraes, 1982.
- Saviani, D. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez, 1983.
- Tragtenberg, M. Sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: Cortez, 1982.

EP 348 – EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

Ementa

O curso tratará de aspectos teóricos e de práticas da Educação Especial, na perspectiva de uma escola para todos - ensino inclusivo. Abordaremos os marcos político-legais da Educação Especial mais recentes e as inovações educacionais que se alinham às novas propostas de atendimento aos alunos dessa modalidade e que afetam a organização administrativa e pedagógica das escolas de ensino básico e superior.

Objetivos

Geral:

Discussão da Educação Especial em sua natureza complementar à formação de dos alunos e o sentido transversal de seus serviços, com ênfase no Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Específicos:

- Redimensionamento da organização escolar e das práticas de Educação Especial, para atender às novas propostas de uma escola para todos.
- A formação de professores de educação no contexto das inovações escolares que adotam princípios inclusivos.

Temas:

- Políticas educacionais e legislação;
- conceito de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva;
- experiências de re-significação e novas direções das práticas de educação especial;
- o aluno da educação especial;

- o professor de educação especial;
- a sala de recursos multifuncionais (SRM);
- formação dos professores de educação especial.

Conteúdos Programáticos

1-A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008): inovações, diretrizes.

2-Marcos político-legais da Educação Especial, na perspectiva da Educação inclusiva - da Constituição de 1988 à Convenção sobre os Direitos das pessoas com Deficiência/ONU, ratificada pelo Decreto no. 6.949/2009

3-O Atendimento Educacional Especializado: AEE - o que é, onde acontece, especificidades relativas aos seus conteúdos, métodos, espaço escolar.

4-O direito à diferença na igualdade de direitos - a cilada da identidade e os sentidos da diferença.

5- Acesso, permanência e participação de alunos da Educação Especial no ensino básico e no ensino superior: condições e avanços nas matrículas, segundo o Censo Escolar

6-A formação dos professores de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva: pré-requisitos, níveis de formação, modalidades e conteúdos.

7- Origem e princípios subjacentes aos conceitos de integração e inclusão escolar de alunos com deficiência.

8-O aluno com deficiência e sua inclusão nas escolas comuns de ensino básico: como ensinar a turma toda sem discriminação e ensino diferenciado para alguns.

9-Do modelo médico ao modelo social da deficiência: conceituação e transformações oriundas dessa evolução no acesso e atendimento de pessoas com deficiência à escola e à vida cidadã.

10-Educação Inclusiva de pessoas com deficiência: avanços desafios atuais, perspectivas, a contribuição da Educação Especial.

Atividades

Aulas presenciais e atividades no ambiente virtual da disciplina, produções intelectuais individualizadas, trabalhos em grupo.

Avaliação

Constará da participação nos trabalhos acima descritos e de uma auto-avaliação do desempenho dos alunos em todas as atividades do curso.

Bibliografia

ALVES, Nilda e LEITE GARCIA, Regina. (Orgs.) *O sentido da escola*. Rio de Janeiro/RJ: D P& A, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. *Decreto N.3956*, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência: Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério Público Federal. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino*. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2a.ed. ver.e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*,

2006.

BRASIL. *Decreto No. 6949/2009*. Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência /ONU, 2006.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL.INEP. Censo Escolar, 2012.

BRANDÃO, Zaia. (Org.). *A crise dos paradigmas e a educação*. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 1994.

BURBULES, Nicholas C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA, Regina Leite; MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa (Org.). *Currículo, na contemporaneidade- incertezas e desafios*. 3ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CAMARGO. Ana Maria Faccioli. *Caminhos de uma formação*. São Paulo: Peirópolis, MEC/ Universidade Federal do Ceará-Faculdade de Educação, 2012.

ESTEBAN, Maria Teresa (Org.) *Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LARROSA, Jorge. e PÉREZ de LARA, Nuria. (Orgs.) (1998). *Imagens do outro*; tradução de Celso Márcio Teixeira. Petrópolis/RJ: Vozes.

LARROSSA, Jorge. *Pedagogia Profana – danças, piruetas, mascaradas*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. 7a.edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PIERUCCI, Antonio Flávio. *Ciladas das diferenças*. São Paulo: Editora 34, 1999.

RANCIÈRE, J. *O mestre ignorante. Cinco estudos sobre emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Oficina do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, n. 135, jan. 1999. Disponível em: www.ces.uc.pt/publicacoes/135/135.pdf.

SANTOS, Maria Terezinha da Consolação Teixeira dos. *Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios*. Série Cotidiano escolar - Ação Docente São Paulo: Ed. Moderna, 2010.

SILVA, Tomás Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz, Tadeu da. *Identidade e diferença: impertinências*. Print version ISSN 0101-330. Revista Educação & Sociedade, Vol.23, no. 79 Campinas, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 73-130.

Outras fontes:

- filmes;
- trabalhos não publicados e apresentados em congressos, simpósios encontros (anais);
- livros de autoria de sociedades, associações, entidades públicas e similares;
- artigos em jornais e de revistas especializadas ou não especializadas, entrevistas;
- documentos oficiais: federais, estaduais e municipais;
- pareceres, deliberações;leis, cartilhas sobre direitos humanos
- materiais não impressos: filmes, fitas cassete;
- apostilas e outros.

EP 376

PRÁTICA DE ENSINO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ementa: Planejamento, desenvolvimento e avaliação dos projetos de ensino envolvidos nas práticas educativas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Constitui espaço para tratamento interdisciplinar dos fundamentos oferecidos.

1. Questão Norteadora:

"Como me insiro no estágio? Como organizo o trabalho de ensino junto aos sujeitos da escola?"

2. Objetivos

Tendo como referência o trabalho desenvolvido nas disciplinas anteriores relativas ao eixo teórico-prático do curso de Pedagogia e o compromisso com as práticas escolares cotidianas que se desenvolvem na escola dos anos iniciais do ensino fundamental, temos como objetivos para esse semestre:

- Compreender as práticas educativas cotidianas, tomando como base para essa reflexão, os contextos sócio-histórico-culturais em que tais práticas acontecem;
- Construir um trabalho junto aos professores e aos alunos dos anos iniciais, procurando encontrar um lugar (Certeau; Augé) nas relações de ensino;
- O desenvolvimento de projetos de ensino se dará a partir dessa premissa de inserção na escola e de trabalho em conjunto com os sujeitos que lá estão cotidianamente;
- Refletir sobre a produção de conhecimento na escola;
- Refletir sobre os recursos didático-pedagógicos que compõem o trabalho de ensino
- Pensar o papel da mediação pedagógica no ensino das séries iniciais.
- Possibilitar uma **aproximação** do "lugar social de professor", por meio:
 - . do mergulho na dinâmica interativa produzida no cotidiano da escola;
 - . da participação ativa nessa dinâmica, produzir, dentro dela, "um lugar" de "professor aprendiz em exercício";
 - . do registro sistemático desse mergulho;
 - . da análise e da problematização da experiência documentada, considerando-o em suas condições sociais (imediatas e mais amplas) de produção.

3. Conteúdos

Tema 1 – A mediação no ensino. O papel do professor.

Tema 2 – A inserção no estágio na escola. Do "não lugar" do estagiário/estagiária à produção do lugar de "professor/professora aprendiz em exercício".

Tema 3 – Desenvolvimento de propostas de trabalho/projetos a partir das demandas do local de trabalho na escola.

Tema 4 – O processo de registro do próprio trabalho de estágio e sua análise.

Estes temas serão abordados nas aulas através de discussões que serão provocadas pela exibição de filmes, pela leitura de textos específicos a cada temática e pelo trabalho de **idas semanais à escola**.

4- Organização das aulas:

- leitura e discussão conjunta dos textos
- aulas expositivas
- inserção e atuação nas escolas (**dez (10) idas no mínimo**)
- registro, a cada ida da escola, dos encontros com os sujeitos que lá vivem seu cotidiano, em um caderno de relatos.
- análise de episódios vividos na escola
- elaboração de relatórios parciais sobre as idas à escola, articulando as leituras estudadas, às discussões em aula e vivência de acompanhamento do cotidiano escolar, tendo como foco a questão norteadora;
- partilha/apresentação do trabalho desenvolvido na escola durante o semestre;

5- Avaliação

A avaliação estará centrada no processo de elaboração do aluno, tomando-se como indicadores dois relatórios apresentados por escrito, uma prova escrita, a frequência de no mínimo de 75% das aulas dadas, a frequência nas escolas de estágio e a participação no desenvolvimento das atividades que integram a disciplina.

Com relação aos relatórios, será considerada como componente importante a **pontualidade** na entrega, que deverá respeitar os prazos combinados em aula.

6- Cronograma das aulas

1ª Semana - Apresentação da disciplina. Entrega do plano para cada aluno e leitura. Dúvidas e esclarecimentos sobre a proposta dos trabalhos a ser desenvolvida. Dinâmica de trabalho com os livros "Meu professor inesquecível" e "O professor escreve sua história". Exposição de telas sobre procedimentos burocráticos do estágio junto ao SAE e às escolas.

2ª Semana – POE, Edgar Allan. **A carta roubada**. (2ª Ed.) Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997. Trechos de filmes para discussão. E também OLIVEIRA, Marta Kohl. Desenvolvimento e aprendizado. In OLIVEIRA, Marta Kohl **Vygotsky**. Aprendizado e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico. (4ª Ed.) São Paulo, Scipione, 2001.

3ª Semana – (13/03/2012) - COUDRY, Maria Irma Hadler e FREIRE, Fernanda Maria Pereira. **O trabalho do cérebro e da linguagem**. A vida e a sala de aula. CEFIEL, Unicamp/MEC, 2005.

4ª Semana (20/03/2012) – Aula Inaugural – Palestra no Salão Nobre. Conferência "O futuro da escola: reflexões para o presente" ministrada pelo professor titular Luiz Carlos de Freitas.

5ª Semana (27/03/2012) – EUGENIO, Fernanda. De como olhar onde não se vê – ser antropóloga e ser tia em uma escola especializada para crianças cegas. Em: VELHO, G. e KUSCHNIR, K. (orgs.) **Pesquisas urbanas – desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

6ª Semana– Supervisão de estágio na escola – contatos e reuniões com os supervisores responsáveis pelo estágio.

7ª Semana – LAJOLO, Marisa. **Meus alunos não gostam de ler...** O que eu faço? CEFIEL, Unicamp, MEC, 2005.

Entrega do primeiro relatório.

8ª Semana– Filme: "Minhas tardes com Margueritte".

9ª Semana– Palestra-relato de um professor da escola básica.

10ª Semana – LINS, Consuelo. *Edifício Master*. Em: **O documentário de Eduardo Coutinho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

11ª Semana – BAGNO, Marcos. **A norma culta**. Língua e poder na sociedade brasileira. (8ª reimp.) São Paulo: Parábola, 2010. Leitura dos caps. 01, 02 , até a pág. 110 "Toda língua muda com o tempo".

12ª Semana –.BAGNO, Marcos. **A norma culta**. Terminar o livro.

13ª Semana – Discussão da leitura de TCCs.

14ª Semana – Compartilhando a inserção nas escolas: do não lugar ao professor aprendiz (sessão de pôsteres)

15ª Semana – Prova escrita sem consulta.

Entrega do relatório final. Encerramento da disciplina. Dúvidas e esclarecimentos.

Obs.1: Este planejamento está sujeito a modificações em função do andamento do curso.

Campinas, 11 de julho de 2014.